@onecursos_oficial
www.onecursos.com.br
contato@onecursos.com.br
(61) 3224-0785 | 3223-8360 | 3032-9001

CURSO ONLINE: QUESTÕES POLÊMICAS E PRÁTICAS DA LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, APOSENTADORIAS E PENSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E IMPACTOS DA EC 103/19 E DA PORTARIA MTP 1.467/22, QUE FOI ALTERADA PELAS NOVAS PORTARIAS MPS NºS 2.010/25, 1.180/24 E 1.499/24.

OBJETIVOS:

Compreender temas polêmicos alusivos à atividade funcional dos servidores públicos e à previdência básica destes, avaliando-os à luz da recente legislação e doutrina vigente.

Capacitar e atualizar os participantes quanto às principais questões polêmicas relacionadas à legislação de pessoal, aposentadorias e pensões no âmbito da Administração Pública, com foco na aplicação prática das normas, julgados recentes e alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022, que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/25, 1.180/24 e 1.499/24.

Objetivos específicos:

Examinar aspectos que parametrizam a atividade funcional dos servidores públicos e assinalar características do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, abordando noções especiais à compreensão do tema.

Interpretar e aplicar corretamente os dispositivos constitucionais e legais que regem a atividade funcional dos servidores públicos, incluindo temas como concurso, licenças, gratificações, acumulações e férias.

Analisar os limites remuneratórios, adicionais, contribuições previdenciárias e suas implicações legais e práticas na folha de pagamento.

Compreender as regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), suas fontes de custeio, benefícios previdenciários e as recentes mudanças trazidas pela EC 103/2019.

Estudar os impactos da nova Portaria MTP nº 1.467/2022, que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/25, 1.180/24 e 1.499/24, sobre a gestão de pessoal e previdência no serviço público.

Debater casos concretos e decisões jurisprudenciais relevantes, promovendo a troca de experiências entre os participantes.

Oferecer subsídios técnicos e jurídicos aos profissionais da Administração Pública para a atuação segura e eficiente na gestão de pessoas, aposentadorias e pensões.

APRESENTAÇÃO:

A legislação de pessoal na Administração Pública tem sido objeto de constantes mudanças, gerando dúvidas, interpretações diversas e grande impacto na rotina dos órgãos públicos. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, conhecida como a Reforma da Previdência, e com a publicação da Portaria MTP nº 1.467/2022, , que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/25, 1.180/24 e 1.499/24, surgiram novos desafios e exigências para os profissionais das áreas de recursos humanos, jurídica, administrativa e de controle.

O curso Questões Polêmicas da Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões na Administração Pública foi concebido para ser um momento de atualização técnica, reflexão prática e aprofundamento dos conhecimentos sobre os temas mais sensíveis e controversos envolvendo a gestão de pessoas no setor público.

O conteúdo foi cuidadosamente estruturado para oferecer uma visão clara, segura e fundamentada das obrigações legais e dos riscos envolvidos nas decisões que envolvem direitos, deveres, aposentadorias, pensões, licenças, gratificações e contribuições previdenciárias.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

Servidores das áreas de recursos humanos, jurídica, administrativa, contábil e outras afins, de órgãos federais, estaduais e municipais da Administração Direta e Indireta, extensivo aos servidores dos Tribunais de Contas e aos estudiosos do Direito Público e advogados que militam na defesa do Direto dos Servidores Públicos.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

I – ATIVIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS / CONCURSO PÚBLICO

1.1. Provas de títulos; 1.2. Transposição e transformação de cargos; 1.3. Exigência de nível superior/médio; 1.4. Prazo de validade/ prorrogação; 1.5. Direito à nomeação/desistência/vacância; 1.6. Cadastro de reserva; 1.7. Reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros.

II – RECONDUÇÃO/VACÂNCIA/EXONERAÇÃO

2.1. Distinção; 2.2. Vacância ex-officio; 2.3. Recondução: 2.3.1. Hipóteses; 2.3.2. Mesmo ente federado; 2.3.3. Entes federados diferentes; 2.3.4. Regimes jurídicos distintos.

III – ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS E DE REMUNERAÇÃO

3.1. Acumulações permitidas; 3.2. Compatibilidade de horário; 3.3. Acumulação de proventos + proventos; 3.4. Acumulação de proventos + vencimentos; 3.5. Acumulação de proventos + pensão; 3.6. Acumulução de proventos + salário; 3.7. Acumulação proventos + benefício RGPS.

IV – LIMITE REMUNERATÓRIO

4.1. Regra constitucional; 4.2. Exceções: 4.2.1. Constitucionais; 4.2.2. Jurisprudenciais; 4.2.3. Administrativas.

V – LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CESSÕES

5.1. Regime jurídico aplicável; 5.2. Contribuição previdenciária – incidência: 5.2.1. Base de cálculo; 5.2.2. Responsabilidades.

VI – ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

6.1. Remuneração para cálculo: 6.1.1. Dever de remunerar/compensar; 6.1.2. Controvérsia do divisor; 6.2. Contribuição previdenciária; 6.3. Banco de horas; 6.4. Sobreaviso.

VII – AVERBAÇÃO DE TEMPO SERVIÇO PRESTADO

7.1. Aposentadoria; 7.2. Serviço Público/efetivo exercício; 7.3. Contribuição; 7.4. Desabervação; 7.5. Efeitos jurídicos e/ou financeiros/marco temporal.

VIII – FÉRIAS

8.1. Período aquisitivo; 8.2. Direito – usufruto; 8.3. Incidência de Imposto de Renda; 8.4. Parcelamento; 8.5. Interrupção/suspensão; 8.6. Indenização: 8.6.1. Cargo efetivo; 8.6.2. Cargo em comissão e função comissionada; 8.6.3. Substituição ordinária e extraordinária (interino).

IX – GRATIFICAÇÃO NATALINA

9.1. Antecipação; 9.2. Acerto financeiro por vacância; 9.3. Base de cálculo: 9.3.1. Cargo efetivo; 9.3.2. Cargo em comissão e função comissionada; 9.3.3. Vantagens transitórias.

X – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – INCIDÊNCIA (RPPS/RGPS)

10.1. Gratificação natalina; 10.2. Adicional de férias; 10.3. Auxílio-moradia; 10.4. Auxílio-alimentação; 10.5. Auxílio-creche; 10.6. Diárias; 10.7. Gratificação por encargo de curso ou concurso.

XI – A PREVIDÊNCIA BÁSICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS E RGPS)

11. Noções essenciais 11.1. Proteção social; 11.2. Seguridade social; 11.3. Regimes jurídicos previdenciários: RGPS, RPPS e RPC.

XII – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

12.1. Conceito e justificação constitucional do RPPS; 12.2. Normas aplicáveis; 12.3. Características; 12.4. Autonomia e relação com os demais regimes previdenciários; 12.5. Obrigatoriedade do RPPS.

XIII – SEGURADOS E NÃO SEGURADOS DO RPPS

13.1. Filiação e inscrição; 13.2. Servidores; 13.3. Titulares de cargo efetivo; 13.4. Em estágio probatório; 13.5. Ocupantes de cargo em comissão; 13.6. De contrato temporário; 13.7. Empregado público; 13.8. Ocupante de função pública; 13.9. Exercente de mandato eletivo; 13.10. Notários e outros; 13.11. Perda da condição de segurado; 13.12. Suspensão da condição de segurado.

XIV – DEPENDENTES DO RPPS

14.1. Autonomia das unidades federadas; 14.2. Rol de dependentes; 14.3. Relações homoafetivas; 14.4. Perda da condição de dependente; 14.5. Alterações na Lei n.o 8.112/1990 pela Lei n.o 13.135/2015.

XV – CUSTEIO DO RPPS

15.1. Fontes de custeio; 15.2. Contribuição social e contribuição previdenciária; 15.3. Alíquota da contribuição previdenciária; 15.4. Base de cálculo da contribuição previdenciária; 15.5. Desconto; 15.6. Reflexos nos proventos e pensões; 15.7. Cobrança (processo administrativo); 15.8. Execução (processo judicial); 15.9. Decadência e prescrição das contribuições sociais; 15.10. Contribuição do servidor licenciado ou afastado – MP 689/2015.

XVI – BENEFÍCIOS DO RPPS

16.1. Aposentadorias: 16.1.1. Por invalidez; 16.1.2. Compulsória; 16.1.3. Voluntária; 16.1.4. Especial; 16.1.5. Regras de transição: 16.1.5.1. Segurança jurídica; 16.1.5.2. Direito adquirido; 16.1.5.3. Expectativa de direito; 16.1.5.4. Direito expectado; 16.1.6. Proventos: cálculo e

@onecursos_oficial
www.onecursos.com.br
contato@onecursos.com.br
(61) 3224-0785 | 3223-8360 | 3032-9001

reajuste. 16.2. Pensões: 16.2.1. Base de cálculo; 16.2.2. Paridade; 16.2.3. Contribuição previdenciária;

XVII – DESAPOSENTAÇÃO E REVERSÃO
19.1. Art. 54 da Lei n.º 9.784/1999; 19.2. Convalidação da Lei n.º 9.784/1999.

XVIII – FUNDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

XIX – DECADÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Art. 54 da Lei n.º 9.784/1999; Convalidação da Lei n.º 9.784/1999.

XX – NOVAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS ANTE A PEC 287/2016

XXI – METODOLOGIA
Aulas teóricas e práticas, discussão de temas, situações práticas do dia a dia, apresentação da legislação e julgados atuais.

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Inácio Magalhães Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. Foi Procurador do Ministério Público de Contas do DF e Auditor de Controle Externo do TCDF; exerceu diversos cargos de direção no TCDF, entre eles o de Diretor de Legislação de Pessoal. Doutor em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, Especialista em Direito Público, Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Escritor, autor do livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público e de inúmeros artigos em publicações especializadas. Palestrante e instrutor de cursos nas áreas de legislação de pessoal; aposentadorias e pensões; legislação constitucional aplicada a servidores públicos; gestão de folha de pagamento; auditoria na folha de pagamento no serviço público, entre outros.

MODALIDADE ONLINE E AO VIVO:

Online - 15 horas – Horário: 8h30 às 12h30 e 14h às 17h30 - 17/12/2026 a 18/12/2026

ESTE CURSO INCLUI:

- Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo
- 2 dias de Replay após a sua Realização
- 10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor
- Certificado de Conclusão
- Apostila Digital

VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R$ 2.590,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.550,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.500,00

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Deposito em Conta

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA

- CNPJ: 06.012.731/0001-33
- Inscrição Estadual: 07.450.679/001-48
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 561939-4

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone 1: (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030
E-mail 1: inscricao@onecursos.com.br
E-mail 2: ionecursos@gmail.com
E-mail 3: inscricao@onecursos.com.br